



**CÂMARA DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE  
E DE ÁREAS PROTEGIDAS**

**Ata da 21ª reunião, realizada em 27 de agosto de 2018**

1 Em 27 de agosto de 2018, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Proteção à  
2 Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB), na sede da Secretaria de Estado  
3 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo  
4 Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o  
5 presidente Henri Dubois Collet e o presidente suplente Guilherme Augusto  
6 Duarte de Faria, representantes da SEMAD. Representantes do poder público:  
7 Pedro Oliveira de Sena Batista, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
8 Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes); Marília Jardim de  
9 Sousa, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Ana Patrícia Gusmão, da  
10 Secretaria de Estado de Turismo (Setur); Isadora Martin Vianna, da Fundação  
11 de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig); Nino Antônio Camini, do  
12 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
13 (Ibama); Juliana Gonçalves Ferreira, do Instituto Chico Mendes de Conservação  
14 da Biodiversidade (ICMBio). Representantes do setor produtivo: Thiago  
15 Rodrigues Cavalcanti, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais  
16 (Fiemg); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária  
17 do Estado de Minas Gerais (Faemg); Denise Bernardes Couto, do Sindicato da  
18 Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra). Representantes da  
19 sociedade civil: José Hermano Oliveira Franco, da Associação para a Gestão  
20 Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Marcelo Ribeiro Pereira, da  
21 Universidade Federal de Viçosa (UFV) – Campus de Rio Paranaíba; Luiz Artur  
22 Castanheira, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea).  
23 **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.**  
24 Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Henri  
25 Dubois Collet declarou aberta a 21ª reunião da Câmara de Proteção à  
26 Biodiversidade e de Áreas Protegidas. **3) COMUNICADOS DOS**  
27 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro José Hermano Oliveira  
28 Franco: “Nós montamos uma chapa para concorrer à eleição do Comitê de  
29 Bacia do Rio Pará e fomos vencedores. Então, eu estou como atual presidente  
30 do Comitê do Pará, com o IGAM na vice-presidência, a Fiemg com o primeiro  
31 secretário, e a Prefeitura de Carmo do Cajuru com o segundo secretário. É um  
32 desafio novo, uma forma diferente de enxergar as coisas. Estamos aprendendo  
33 muito agora, em contato com a AGB e o IGAM, para entender esse meandro  
34 todo e vamos pelejar para ver o que conseguimos primeiro nos comunicar com  
35 a Bacia, que está precisando, para depois tentarmos evoluir de alguma forma.”  
36 Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Presidente, em outras

37 oportunidades, eu comentei aqui da preocupação da Faemg com respeito aos  
38 destinos do Cadastro Ambiental Rural. Agora, eu sou testemunha de que nós  
39 temos uma consultoria altamente qualificada cuidando desse assunto, temos  
40 um projeto em andamento, o que torna as coisas muito mais interessantes,  
41 muito mais apreciáveis da forma que estava. Nós reconhecemos esse esforço.  
42 Mas, no entanto, as preocupações continuam com uma outra visão. E o que eu  
43 estou falando aqui não é novidade, mas nós temos que dar publicidade para  
44 essas coisas. Nós sabemos que existem dúvidas a respeito. Primeiro que, para  
45 trabalhar um decreto ou uma norma para o Programa de Regularização  
46 Ambiental (PRA), nós precisamos ter a vida do CAR regularizada, e nós  
47 sabemos que não está 100% garantido que todos os cadastros que foram feitos  
48 ao longo desses anos permanecem. Existe uma dúvida muito grande a respeito  
49 de uma possível perda de dados e informações, que nós temos que equacionar  
50 antes de resolver a questão do PAR. Uma outra coisa é a questão da  
51 metodologia que foi acertada com aquele esquema das reuniões em grupo lá na  
52 rua Espírito Santo, e depois uma reunião com o IEF para ajustar. A Faemg não  
53 está reclamando porque está de fora, mas, para quem tem uma aproximação  
54 tão grande com os proprietários rurais, nós ficamos meio que perdidos no meio  
55 daquela multidão. E a Seapa também, que é um órgão de extrema importância,  
56 está lá como convidada. Enfim, isso é tudo motivo de preocupação, porque nós  
57 estamos enxergando o seguinte: no grupo que está discutindo lá na rua Espírito  
58 Santo são todos profissionais de altíssimo gabarito, extremamente zelosos da  
59 sua profissão, mas eu tenho medo de se construir um documento que não atinja  
60 as necessidades que nós entendemos que sejam o PRA. O PRA é fazer uma  
61 recuperação, recomposição, em alguns casos. Eu aproveito aqui que estou com  
62 a palavra para contar a seguinte história. A Faemg foi convidada pelo IGAM  
63 para participar e acompanhar a elaboração dos planos de bacia do Leste de  
64 Minas. Porque não tem Comitê. Aí chegou para nós uma minuta do que as  
65 pessoas que vão fazer os planos de bacia do Leste de Minas acham que têm  
66 que fazer. E veio uma minuta de 80 folhas. Eu fui ler a minuta e fiquei surpreso  
67 que eles fizeram a minuta em cima de uma licitação que tinha 170 folhas. As  
68 regras básicas para se construir os planos de bacia estão em duas ou três  
69 folhas da legislação, a Lei 13.199, a lei federal e mais uma ou duas  
70 deliberações normativas. E eu levei essa discussão para a mesa em que estava  
71 presente o grupo de profissionais que ia fazer. Então, o que aconteceu com  
72 esses planos de bacia? Constrói-se um plano de bacia com mil folhas, a  
73 implementação dele fica extremamente complicada. Como se vai pinçar no meio  
74 de mil folhas? É mais ou menos do jeito que é o plano de manejo. Então, nós  
75 temos medo de que aconteça. A Faemg está muito cautelosa, mas eu fiquei  
76 preocupado quando vi. Inclusive, propostas contrariando a legislação,  
77 contrariando o Código Florestal. Então, é preciso tomarmos cuidado desde já  
78 para que, na hora em que tivermos um decreto, que é um produto final, seja  
79 capaz de construir um programa mineiro espetacular de recomposição

80 ambiental, de regularização e tudo mais. Essas são as preocupações da  
81 Faemg. Eu não quero aqui discutir essa matéria, só falei das preocupações.”  
82 Presidente Henri Dubois Collet: “Eu acho que tem uma questão importante, que  
83 a nossa proposta nesse trabalho com o PRA é justamente para que possamos  
84 abrir para que várias entidades – as entidades que estão participando, que  
85 foram convidadas – tenham oportunidade de se manifestarem. Um grande  
86 problema que temos muita reclamação é que às vezes não convidamos, e  
87 apresentamos um projeto, e em três, quatro, cinco dias está pronto e aprovado.  
88 A nossa proposta é que possamos trabalhar com todas as entidades, abrindo ao  
89 diálogo, mas tem algumas questões que realmente temos que levar em conta,  
90 que algumas normas e decretos que estão ultrapassados não podem mais ser  
91 seguidos. Hoje, nós temos uma legislação atualizada. Então, tudo isso vai ser  
92 considerado no momento oportuno. Então, fique tranquilo que nós estamos  
93 atentos com essa situação. Você comentou a questão dos planos de manejo  
94 das unidades de conservação. Eu acho que também não pode ser diferente em  
95 outros planos de bacia e planos diversos. Eu tive oportunidade de ver plano de  
96 manejo com 3.000 páginas, 5.000 páginas, não sei quantos anexos. E no final  
97 eu falo sempre isso com a equipe, você faz um plano de manejo desse para  
98 gastar em torno de R\$ 1 milhão, para guardar no arquivo morto no primeiro dia  
99 que ele chega. Não é essa a construção que nós temos feito. Nós temos  
100 trabalhado com as novas revisões de plano de manejo para trabalhar em um  
101 plano de manejo que tenha no máximo 150 folhas. Nós estamos trabalhando  
102 com isso, essa é a previsão. No máximo, pois já vimos que tem plano de  
103 manejo que pode ter apenas 50 folhas. Então, eu espero que consigamos  
104 trabalhar, o que não quer dizer que não será feito. Essa vai ser a bíblia de  
105 cabeceira de cada um dos gerentes das unidades e os seus apoiadores  
106 também. Então, eu acho que não pode ser diferente também nos Comitês de  
107 Bacia, porque, se tiver um plano de manejo de 1.000, 1.500 folhas ou mais,  
108 podemos saber que ninguém vai fazer a leitura daquilo como deveria. Então,  
109 tem que ser muito prático, muito objetivo, e que tenhamos condição de,  
110 efetivamente, fazer com que executemos essas etapas previstas no plano de  
111 manejo, que seja para unidade de conservação, seja para Bacias, seja para  
112 outros empreendimentos que existem. Em linhas gerais, fique tranquilo. Com  
113 relação ao CAR, nós estamos muito atentos. Você viu que houve a migração.  
114 Nós começamos isso a partir do final de janeiro, que começamos a trabalhar  
115 essa questão. Então, nós estamos muito atentos para que seja construído um  
116 bom projeto. Não queremos atropelar, nós temos construído tudo com muita  
117 participação, temos convidado várias instituições para nos ajudarem. Não é  
118 exclusividade desse gestor do IEF de querer impor qualquer coisa. Eu acho que  
119 nós precisamos sentar mesmo com todas as entidades com que já nos  
120 reunimos aqui mensalmente. Então, obrigado pela contribuição, e sempre dê o  
121 grito como você tem dado com a gente. Estamos sempre à disposição, pode  
122 contar com o nosso apoio.” Conselheiro Nino Antônio Camini: “Senhor

123 presidente, tem um aspecto que o Carlos Alberto mencionou que eu acho que  
124 vale a pena destacar aqui sob o ponto de vista jurídico. O Carlos Alberto falou  
125 que esses planos de bacia, especificamente, estão sendo construídos e  
126 aprontando a legislação. Do mesmo modo, nesse último encontro do PRA,  
127 houve uma discussão dessa acerca do conflito direto entre as decisões e o  
128 quanto isso poderia estar afrontando a legislação. Eu não digo que isso não  
129 seja uma preocupação, mas talvez essa preocupação tenha que ser um pouco  
130 mais fortalecida quanto a essa questão da segurança jurídica para quem  
131 decide, sobretudo quando o trabalho, por exemplo, de plano de bacia, é um  
132 trabalho eminentemente técnico. Essa segurança jurídica para que não  
133 precisemos ter esse tipo de discussão. Não que ela não seja válida, mas que  
134 possamos ter outro tipo de foco ou então já ir para uma reunião com todo o  
135 arcabouço jurídico pré-definido para ter respostas rápidas.” **4) EXAME DA ATA  
136 DA 20ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 20ª reunião da Câmara  
137 de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas, realizada em 23 de julho  
138 de 2018. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Crea, Sedectes,  
139 Faemg, UFV, Fapemig, Setur e Angá. Ausência: SEE. **5) PROCESSOS  
140 ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL  
141 CONFORME POA 2018. 5.1) Anglo American Minério de Ferro Brasil S/A.  
142 Lavra a céu aberto de minério de ferro. Conceição do Mato Dentro/MG. PA  
143 00472/2007/008/2015, DNPM 830.359/2004. Classe 6. Apresentação:  
144 GCA/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do  
145 Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Crea,  
146 Sedectes, Faemg, UFV, Fapemig, Setur e Angá. Ausência: SEE. **5.2) Atlântica  
147 Agropecuária Ltda. Fazenda Viveiros. Beneficiário primário de produtos  
148 agrícolas, cafeicultura, bovinocultura de corte, cafeicultura e citricultura,  
149 cultivos agroflorestais com espécies florestais exóticas, culturas perenes.  
150 Pirapora/MG. PA 21325/2008/001/2015. Classe 3. Apresentação: GCA/IEF.  
151 Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer  
152 Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Crea, Sedectes,  
153 Faemg, UFV, Fapemig, Setur e Angá. Ausência: SEE. **5.3) Concessionária do  
154 Aeroporto Internacional de Confins S/A. Distrito industrial e zona  
155 estritamente industrial. Confins/MG. PA 32370/2014/008/2015. Classe 3.  
156 Apresentação: GCA/IEF. Compensação ambiental aprovada por unanimidade  
157 nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra,  
158 Fiemg, Crea, Sedectes, Faemg, UFV, Fapemig, Setur e Angá. Ausência: SEE.  
159 **5.4) Mineração Belocal Ltda. Ex-Companhia de Cimento Portland Itáú.  
160 Fabricação de cal virgem, hidratada ou extinta. Arcos/MG. PA  
161 02480/2004/026/2013. Classe 5. Apresentação: GCA/IEF. Compensação  
162 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos  
163 favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Crea, Sedectes, Faemg, UFV,  
164 Fapemig, Setur e Angá. Ausência: SEE. **5.5) Companhia Brasileira de**********

165 **Alumínio. Extração de minérios de metais não ferrosos. Mirá/MG. PA**  
166 **00309/1996/127/2001. Classe III-A. Apresentação: GCA/IEF.** Compensação  
167 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos  
168 favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Crea, Sedectes, Faemg, UFV,  
169 Fapemig, Setur e Angá. Ausência: SEE. **5.6) Mosaic Fertilizantes P&K Ltda.**  
170 **Barragem de contenção de rejeitos/resíduos. Araxá/MG. PA**  
171 **00078/1980/052/2011, DNPM 035.101/1946. Classe 6. Apresentação:**  
172 **GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do  
173 Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Crea,  
174 Sedectes, Faemg, UFV, Fapemig, Setur e Angá. Ausência: SEE. **5.7) Fazenda**  
175 **Sequóia Ltda. Cafeicultura e citricultura. Angelândia/MG. PA**  
176 **06516/2013/001/2014. Classe 3. Apresentação: GCA/IEF.** Processo retirado  
177 de pauta pela Presidência para ajustes de cálculos. **5.8) Norflor**  
178 **Empreendimentos Agrícolas S/A. Silvicultura. Josenópolis/MG. PA**  
179 **00215/2008/006/2017. Classe 5. Apresentação: GCA/IEF.** Compensação  
180 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos  
181 favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Crea, Sedectes, Faemg, UFV,  
182 Fapemig, Setur e Angá. Ausência: SEE. **5.9) Mineração Córrego Novo Ltda.**  
183 **Lavra a céu aberto com tratamento a úmido, minerais não metálicos,**  
184 **exceto em áreas cársticas. Diamantina/MG. PA 17381/2010/001/2012, DNPM**  
185 **830.661/2009. Classe 3. Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental  
186 aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis:  
187 Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Crea, Sedectes, Faemg, UFV, Fapemig,  
188 Setur e Angá. Ausência: SEE. **6) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA**  
189 **EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DECORRENTES DO CORTE E/OU**  
190 **SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA PERTENCENTE AO BIOMA MATA**  
191 **ATLÂNTICA. 6.1) Oratórios Engenharia Mineral Ltda. Extração de**  
192 **manganês, estradas para transporte de minério/estéril, obras de**  
193 **infraestrutura (pátios de resíduos e produtos e oficinas), pilhas de**  
194 **rejeito/estéril, postos revendedores, postos de abastecimento, instalações**  
195 **de sistemas retalhistas e postos, unidade de tratamento de minerais**  
196 **(UTM). Nazareno/MG. PA 27116/2011/001/2015, DNPM 831.947/2002 e**  
197 **831.972/2005. Classe 5. Apresentação: Escritório Regional Centro-Sul/IEF.**  
198 Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer  
199 Único. Votos favoráveis: ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Crea, Sedectes, Faemg,  
200 UFV, Setur e Angá. Abstenções: Ibama e Fapemig. Ausência: SEE. **6.2)**  
201 **Empresa Construtora Brasil S/A. Usina de produção de concreto comum.**  
202 **Caeté/MG. PA 10679/2015/001/2015. Classe 3. Apresentação: Escritório**  
203 **Regional Centro-Sul/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade  
204 nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: ICMBio, Sindiextra, Fiemg,  
205 Crea, Sedectes, Faemg, UFV, Setur e Angá. Abstenções: Ibama e Fapemig.  
206 Ausência: SEE. **6.3) São João Energia S/A. Barragem de geração de**

207 **energia. Caiana/MG. PA 21867/2010/001/2011. Classe 3. Apresentação:**  
208 **Escritório Regional Mata/IEF.** Compensação ambiental aprovada por  
209 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: ICMBio,  
210 Sindiextra, Fiemg, Crea, Sedectes, Faemg, UFV, Setur e Angá. Abstenções:  
211 Ibama e Fapemig. Ausência: SEE. **6.4) Mineração Ferro Puro Ltda. Lavra a**  
212 **céu aberto com tratamento a úmido, minério de ferro. Santa Bárbara/MG.**  
213 **PA 24462/2009/001/2010. Classe 3. Apresentação: Supram Central**  
214 **Metropolitana.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos  
215 do Parecer Único. Votos favoráveis: ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Crea, Sedectes,  
216 Faemg, UFV, Setur e Angá. Abstenções: Ibama e Fapemig. Ausência: SEE. **7)**  
217 **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO**  
218 **AMBIENTAL DECORRENTE DA INSTALAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS**  
219 **MINERÁRIOS. 7.1) Cerâmica e Dragagem Xavier Ltda. Extração de areia**  
220 **para utilização imediata na construção civil. São José da Lapa/MG. PA**  
221 **04513/2008/002/2009, DNPM 834.273/2007. Classe 3. Apresentação:**  
222 **Escritório Regional Centro-Norte/IEF.** Compensação ambiental aprovada por  
223 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio,  
224 Sindiextra, Fiemg, Crea, Sedectes, Faemg, UFV, Fapemig, Setur e Angá.  
225 Ausência: SEE. **7.2) Intercement Brasil S/A. Fabricação de cimento.**  
226 **Ijaci/MG. PA 00010/1999/060/2014. Classe 5. Apresentação: Escritório**  
227 **Regional Sul de Minas/IEF.** Compensação ambiental aprovada por  
228 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio,  
229 Sindiextra, Fiemg, Crea, Sedectes, Faemg, UFV, Fapemig, Setur e Angá.  
230 Ausência: SEE. **8) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA CRIAÇÃO DE**  
231 **RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL (RPPN) PARA**  
232 **ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 13,**  
233 **INCISO II DO DECRETO ESTADUAL Nº 46.953/2016. 8.1) RPPN Marigaia**  
234 **Ambiental. Proprietário: Helcio Gaia Teixeira. Área proposta: 44,3189 ha.**  
235 **Tiradentes/MG. PA 0023502915012017. Apresentação: GCUC/IEF.** Aprovada  
236 por unanimidade a criação da RPPN nos termos do parecer do IEF. Votos  
237 favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Crea, Sedectes, Faemg, UFV,  
238 Fapemig, Setur e Angá. Ausência: SEE. **8.2) RPPN Grota da Serra 2.**  
239 **Proprietário: H2A Empreendimentos e Participações Ltda. Área proposta:**  
240 **5,5688 ha. Mário Campos/MG. PA 0003704815012017. Apresentação:**  
241 **GCUC/IEF.** Aprovada por unanimidade a criação da RPPN nos termos do  
242 parecer do IEF. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Crea,  
243 Sedectes, Faemg, UFV, Fapemig, Setur e Angá. Ausência: SEE. **8.3) RPPN**  
244 **Alto Alegre. Proprietário: CPN Mineração Ltda. Área proposta: 25,5 ha.**  
245 **Jacutinga/MG. PA 10000000479/17. Apresentação: GCUC/IEF.** Aprovada por  
246 unanimidade a criação da RPPN nos termos do parecer do IEF. Votos  
247 favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Crea, Sedectes, Faemg, UFV,  
248 Fapemig, Setur e Angá. Ausência: SEE. **9) CANCELAMENTO DO PLANO DE**

249 **TRABALHO PARQUE ESTADUAL DO SUMIDOURO. ERCN/IEF 02/2017.**  
250 **COMPENSAÇÃO MINERÁRIA VALE S/A. APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
251 **ADVINDOS DOS PROCESSOS PA 5195/2007/069/2009. PILHA DE REJEITO**  
252 **PDE PONTO 03. MINA DE FÁBRICA. Apresentação: Gerente do Parque**  
253 **Estadual do Sumidouro/IEF. Aprovado por unanimidade o cancelamento do**  
254 **plano de trabalho nos termos do parecer do IEF. Votos favoráveis: Ibama,**  
255 **ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Crea, Sedectes, Faemg, UFV, Fapemig, Setur e**  
256 **Angá. Ausência: SEE. 10) SUBSTITUIÇÃO AO PLANO DE TRABALHO N°**  
257 **04/2016 DA PREFEITURA DE ITABIRA. PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO**  
258 **RIBEIRÃO SÃO JOSÉ. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS. PA**  
259 **00673/2004/002/2007. MINERAÇÃO CANAÃ INDÚSTRIA E COMÉRCIO**  
260 **LTDA. Apresentação: Prefeitura de Itabira. Processo baixado em diligência**  
261 **pela Presidência, após discussões nesta sessão, para realização de um**  
262 **realinhamento, entre a Prefeitura de Itabira e o Instituto Estadual de Florestas,**  
263 **da proposta de substituição do plano de trabalho, considerando, inclusive,**  
264 **outros projetos de unidades de conservação existentes, e apresentação de**  
265 **esclarecimentos quanto à legalidade do pleito do município e de justificativa da**  
266 **não utilização dos recursos disponibilizados. 11) PROCESSOS**  
267 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE RECONSIDERAÇÃO AO RECURSO**  
268 **CONFORME DISPÕE O ARTIGO 7, § 4º E § 5º, DO DECRETO N°**  
269 **45.175/2009. 11.1) CRH Sudeste Indústria de Cimentos S/A. Ex-Lafarge**  
270 **Brasil S/A. Lavra a céu aberto em áreas cársticas com ou sem tratamento.**  
271 **Arcos/MG. PA 00173/1995/011/2006, DNPM 823.290/1972. Classe 6.**  
272 **Apresentação: GCA/IEF. Recurso deferido por unanimidade nos termos do**  
273 **Adendo ao Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg,**  
274 **Crea, Sedectes, Faemg, UFV, Setur e Angá. Abstenção: Fapemig. Ausência:**  
275 **SEE. 11.2) Supercal Pains Ltda. Lavra a céu aberto ou subterrânea em**  
276 **áreas cársticas com ou sem tratamento. Arcos/MG. PA**  
277 **00164/1996/006/2007, DNPM 832.483/1986. Classe 5. Apresentação:**  
278 **GCA/IEF. Recurso indeferido por unanimidade nos termos do Adendo ao**  
279 **Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Crea,**  
280 **Sedectes, Faemg, UFV, Setur e Angá. Abstenção: Fapemig. Ausência: SEE. 12)**  
281 **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE REVISÃO. 12.1) Vale**  
282 **S/A. Barragem de contenção de rejeitos/resíduos. Alçamento da Barragem**  
283 **do Itabiruçu. Cota 850 m. Itabira/MG. PA 00119/1986/111/2014, DNPM**  
284 **930.641/1989. Classe 6. Alteração de prazos para averbação das áreas.**  
285 **Apresentação: Escritório Regional Centro-Sul/IEF. Revisão aprovada por**  
286 **unanimidade nos termos do Adendo ao Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama,**  
287 **ICMBio, Sindiextra, Fiemg, Crea, Sedectes, Faemg, UFV, Fapemig, Setur e**  
288 **Angá. Ausência: SEE. 12.2) Vale S/A. Cava da Divisa. Mina de Brucutu.**  
289 **Lavra a céu aberto com tratamento a úmido, minério de ferro, lavra a céu**  
290 **aberto sem tratamento ou com tratamento a seco (10.000 t/dia), linhas de**

291 transmissão de energia elétrica, pilhas de rejeito/estéril, unidade de  
292 tratamento de minerais (UTM). São Gonçalo do Rio Abaixo/MG. PA  
293 00022/1995/063/2013 e 06452/2012/001/2013, DNPM nº 5441/1958. Classe 6.  
294 Alteração de prazos para averbação das áreas. Apresentação: Escritório  
295 Regional Centro-Sul/IEF. Revisão aprovada por unanimidade nos termos do  
296 Adendo ao Parecer Único. Votos favoráveis: Ibama, ICMBio, Sindiextra, Fiemg,  
297 Crea, Sedectes, Faemg, UFV, Fapemig, Setur e Angá. Ausência: SEE. **13)**  
298 **PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL RELATIVA AO PERÍODO DE**  
299 **JUNHO/2015 A ABRIL/2018 REFERENTE AO RECURSO ADVINDO DA**  
300 **COMPENSAÇÃO AMBIENTAL PARA A APA SERRA DA PIEDADE.**  
301 **Apresentação: Prefeitura Municipal de Caeté.** A CPB tomou conhecimento,  
302 nesta sessão, da prestação de contas parcial apresentada pela Prefeitura de  
303 Caeté e solicitou a apresentação, pelo Instituto Estadual de Florestas, de um  
304 levantamento da situação dos municípios que receberam recursos da  
305 compensação ambiental e não efetuaram sua aplicação integralmente, para  
306 avaliação da Câmara. **14) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a  
307 serem tratados, o presidente Henri Dubois Collet declarou encerrada a sessão,  
308 da qual foi lavrada esta ata.

---

### APROVAÇÃO DA ATA

---

313 **Henri Dubois Collet**  
314 **Presidente da Câmara de Proteção à**  
315 **Biodiversidade e de Áreas Protegidas**